

Plano de Ação e Aplicação CMDCA 2019

Situação a ser enfrentada	Objetivo de Solução	Meta / Ações	Prazo	Recursos
Conselheiros e atores do Sistema de Garantia de Direitos com informações metodológicas e práticas insuficientes para sua prática cotidiana	Promover capacitações continuadas para os Conselheiros Tutelares, Conselheiros de Direitos e Sistema de Garantia de Direitos	Realizar capacitações para os conselheiros tutelares		R\$ 200.000,00
		Realizar capacitações para os conselheiros de direitos		
		Realizar capacitações específicas e Seminários sobre as seguintes temáticas: Aprendizagem Profissional, Novas formas de Ensinar, Trabalho Infantil, Primeira Infância, Escuta Especializada, Violência e Exploração Sexual		
		Proporcionar troca e ampliação do conhecimento dos conselheiros quanto a política voltada a crianças e adolescentes e aspectos legais discutidos no território nacional		
		Realizar capacitações para o Sistema de Garantia de Direitos. Capacitação "Olhar entre Rede"		R\$ 34.000,00
		Eu Reconheço o Estatuto da Criança e do Adolescente - EURECA		R\$ 20.000,00
Número reduzido de famílias que participam do Programa Família Acolhedora e outras formas de acolhimento	Reintegrar o CMDCA na Comissão Coordenadora do Programa Família Acolhedora Acompanhar as ações da Guarda Subsidiada	<ul style="list-style-type: none"> - Indicar um representante para a Comissão Coordenadora - Monitorar e avaliar trimestralmente a execução do Programa - Propor ações necessárias para o aperfeiçoamento do Programa prestar informações sobre a execução do Programa; - Realizar reunião bimestral com os 		

		<p>representantes indicados pelas Secretarias Municipais relacionadas , para análise e avaliação qualitativa e quantitativa de suas atribuições, emitindo relatórios para subsidiar a avaliação trimestral do Programa;</p> <p>- Propor ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, medidas para a efetiva implementação do Direito à Convivência Familiar e Comunitária, na Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente no Município de Santos e no Plano Municipal de Ação em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente</p> <p>Conforme o decreto N.º 4.344 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2004</p> <p>Acompanhar e avaliar as ações da Guarda Subsidiada</p>		
Redução das destinações para o Fundo Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes	Ampliar as ações alusivas ao “Destinação Criança”	<p>Realizar eventos de incentivo a destinação de pessoas físicas</p> <p>Realizar eventos de incentivo a destinação de jurídica</p> <p>Inserir anuncio nas rádios e emissoras de televisão</p>		R\$ 40.000,00
Extrema vulnerabilidade e ausência de políticas públicas efetivas para a região do Centro Histórico de Santos	Apresentar metodologias de enfrentamento a ausência de políticas para adolescentes em extrema vulnerabilidade	Apresentar projeto de enfrentamento a questão que possa ser implantado como política pública.		R\$ 350.000,00
Necessidade da confecção de um	Ampliar os conhecimentos referentes ao papel	Apresentar projeto para realização de		R\$ 300.000,00

Diagnóstico Municipal	do Conselho de Direitos e suas formas de atuação	diagnóstico sobre a situação das crianças e adolescentes do município e das políticas públicas a eles destinadas	(R\$ 200.00,00 oriundos da CPFL)
Ausência de ações que garantam a aprendizagem profissional por adolescentes que não se enquadram nos padrões estabelecidos atualmente	Apresentar metodologias de enfrentamento a ausência de políticas para adolescentes em extrema vulnerabilidade	Renovar projeto de enfrentamento a questão que possa ser implantado como política pública.	R\$ 300.000,00
Fragilidade nas ações de atenção a criança e adolescente em situação de trabalho infantil	Apresentar metodologias de enfrentamento a ausência de políticas para crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil ou risco eminente	Renovar projeto de enfrentamento a questão que possa ser implantado como política pública.	R\$ 300.000,00
Políticas fragilizadas no que se refere a garantir a continuidade dos seus atendidos	Ampliar as metodologias de enfrentamento a evasão escolar e dos serviços de atendimento direto a crianças e adolescentes	Apresentar projeto de enfrentamento a questão que possa ser implantado como política pública.	R\$ 400.000,00
Carência de atividades esportivas/culturais para crianças e adolescentes na Área Continental de Santos	Promover ações esportivas e culturais na Área Continental de Santos, principalmente para as crianças e adolescentes que não estão inseridos	Renovar projeto de enfrentamento a questão que possa ser implantado como política pública. Articular com o Poder Executivo para implantação de políticas de cultura e esportes na área continental.	R\$ 200.000,00
Fragilidade dos dados referentes a atenção as crianças e adolescentes com seus direitos violados	Sistematizar os dados de violação de direitos	Levantar os dados referentes as fichas de notificação compulsória (SEVIEP) Confrontar os dados com os apresentados semestralmente pelos Conselhos Tutelares e Secretarias Municipais	
Ausência de informações sobre os atendimentos a crianças e adolescentes	Efetivar o atendimento a crianças e adolescentes no município, principalmente os que se encontram em medidas protetivas.	Criar um modelo de protocolo de encaminhamento para os serviços de atenção a criança, o adolescente e a família. Acompanhar implantação e monitorar a	

		ficha de identificação da suspeita de uso de drogas que será desenvolvida pela SMS		
Ausência de Políticas para o cuidado com crianças e adolescentes que fazem uso de drogas		Apresentar projeto de enfrentamento a questão que possa ser implantado como política pública.		R\$ 300.000,00
Ausência de estratégias inovadoras para o ensino de crianças e adolescentes envolvidos com trabalho infantil e atos infracionais		Apresentar projeto de enfrentamento a questão que possa ser implantado como política pública.		R\$ 200.000,00
Distanciamento das políticas públicas Municipais dos serviços Estaduais	Articular a implantação do Programa Saúde na Escola – PSE nas Escolas do Estado	Implantação do P.S.E. em uma Escola Estadual por Território		
Fragilidade do Controle Social		<p>Eleger os Conselheiros de Direitos que acompanharão os projetos financiados com recursos do FMDCA</p> <p>Organizar Visitas dos Conselheiros de Direitos, em especial os membros da Comissão de Monitoramento, aos equipamentos e serviços do Poder Executivo</p> <p>Acompanhamento e Análise do Fluxo do Álcool</p> <p>Fortalecer as ações da Comissão Infante Juvenil</p> <p>Acompanhar o Plano SINASE, especificamente as ações do NAI</p>		R\$ 100.000,00

		<p>Acompanhar a implantação dos Equipamentos da Saúde Mental garantindo sua efetividade em conformidade com o que prevê a lei e as necessidades das crianças e adolescentes do município.</p> <p>Articular com a Caixa Econômica Federal a situação das famílias que moram em cortiços e submoradias;</p> <p>Reforçar as discussões sobre as políticas habitacionais</p> <p>Reformular o Regimento Interno do CMDCA</p> <p>Unificar as ações de Monitoramento dos Planos Municipais</p> <p>Elaborar Resolução Normativa para destinação de Recursos para a Primeira Infância e SINASE</p> <p>Ampliar a interface com os demais Conselhos Deliberativos de Políticas Públicas</p>		
<p>Fragilidade na análise de conjuntura e ações metropolitanas no que se refere as políticas públicas para crianças e adolescentes</p>		<p>Participar das Reuniões Metropolitanas de Conselhos de Direitos</p> <p>Articular para a Criação da Câmara da Criança e do</p>		

		Adolescente e participar das discussões.		
		Aproximação com a DRADS		
Crianças e adolescentes com seus direitos violados devido a fragilidade dos vínculos familiares.	Ampliar as metodologias de fortalecimentos dos vínculos familiares e proteção integral da criança e do adolescente.	Elaborar projeto utilizando a Metodologia apresentada na oficina de Parentalidade ou outras metodologias afins		R\$100.000,00
Reserva para situações emergentes				R\$400.000,00
Reserva para Família Acolhedora				R\$ 150.000,00
TOTAL				R\$ 3.394.000,00